



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir:

BRASIL

12/05/2016 17h24

Pesquisa aponta que Judiciário é o Poder menos transparente

São Paulo - *O Judiciário é o Poder menos transparente e deixa de informar itens de divulgação obrigatória por lei. Dos 27 tribunais de Justiça, o de Sergipe foi o mais bem avaliado no ranking.*



Judiciário: "O Judiciário deveria ser aquele com os melhores índices de transparência e não com os piores".

Gabriela Caesar, do Estadão.

Os piores foram os do Piauí e de Rondônia. Na pesquisa, foi constatado ainda que os TJs não têm verba definida para investir em transparência pública.

O resultado foi apresentado na manhã desta quinta-feira, 12, em debate para comemorar os quatro anos da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A auditoria foi feita pela organização sem fins lucrativos Artigos 19, com atuação principalmente em liberdade de expressão e transparência pública.

"O Judiciário deveria ser aquele com os melhores índices de transparência e não com os piores", afirmou a diretora-executiva da Artigo 19, Paula Martins.

A equipe do estudo formulou 81 pedidos de LAI e protocolou três em cada Tribunal de Justiça. O tempo médio para o envio das respostas foi de 26 dias.

Em 57 dos 81 pedidos, porém, foi preciso entrar com recurso para pedir informações que não tinham sido enviadas embora tenham sido requeridas.

A diretora-executiva da Artigo 19 contou ainda que os sites dos TJs são pouco transparentes porque usam linguagem jurídica, com baixa acessibilidade ao público em geral.

Determinados conteúdos, ainda afirma Paula, só podem ser acessados se o internauta for parte do processo ou advogado. Faltam informações sobre participação popular, agenda e pautas de audiências.

O juiz André Augusto Salvador Bezerra, presidente do conselho executivo da Associação Juízes para a Democracia (AJD), concorda que o Judiciário precisa ser mais transparente.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



Ele aponta que muitos dos juízes auxiliares ocupam "postos estratégicos". Ela cita dois exemplos em São Paulo.

No Departamento de Inquéritos Policiais, são todos juízes auxiliares, enquanto na Vara de Execuções Fiscais há um juiz titular e, a depender, quatro ou cinco juízes auxiliares.

"Não há transparência nenhuma para esse Poder. E se não há transparência, não há controle. Isso permite, em tese, o policiamento ideológico sobre os juízes e, portanto, retira a legitimidade democrática do Judiciário", disse.

Bezerra afirmou que a falta de critérios para a designação permite que os juízes auxiliares sejam pressionados pelo presidente do TJ e pelo governador.

"Quem manda no orçamento do Judiciário, no final, é o governador. Ele é o dono da chave do cofre."

Recomendações da Artigo 19: maior responsividade e cumprimento dos prazos

de resposta; simplificação da linguagem para o público não jurídico; uniformização dos sistemas de pedidos de informação; uniformização dos sistemas de pesquisa de jurisprudência e processos; esclarecimento sobre a função de supervisão e implementação da LAI; pesquisas sobre outros aspectos que complementem a transparência.

Ampliação

No evento, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a organização Transparência Brasil anunciaram que vão começar a desenvolver uma plataforma colaborativa para hospedar pedidos e respostas da Lei de Acesso à Informação.

A ideia é que o conteúdo respondido a um usuário possa ser aproveitado por mais pessoas. Com o site, as entidades também destacam que será possível mapear os problemas da LAI. A previsão é que a plataforma entre no ar ainda neste ano.

In:

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pesquisa-aponta-que-judiciario-e-o-poder-menos-transparente>. Acesso em 27/06/2016.

1. Sobre a transparência pública, prerrogativa constitucional, normatizada pela Lei de Acesso à Informação (LAI), infere-se que

- a) ainda não há um padrão regular nos órgãos que deveriam prestar com agilidade informações ao público, sendo os TJs os mais ineficientes no país.
- b) os TJs do Piauí e de Rondônia são os mais céleres no investimento em transparência, tudo para sair da incômoda situação de piores instituições a se adequarem a lei.
- c) o judiciário brasileiro, que deveria ser exemplo de transparência e acesso à informação, são os órgãos mais ineficientes em âmbito nacional.
- d) após quatro anos de promulgada a LAI, os poderes públicos do país estão muito próximos de superar as demandas da população.
- e) todos os poderes, inclusive o Judiciário, não se adequarem à Lei de Acesso à Informação, segundo dados da ONG Artigo 19.

2. Segundo os pesquisadores da organização Artigo 19, uma das razões para a ineficiência do poder Judiciário no tocante à efetivação da Lei de Acesso à Informação relaciona-se

- a) a pouca aplicabilidade da lei no poder em questão.
- b) ao excesso de linguagem jurídica em uso nos sites dos TJs.
- c) ao desvio de verbas destinadas ao investimento em transparência pública.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- d) ao policiamento ideológico do poder Executivo junto ao Judiciário.
- e) ao não desenvolvimento de plataformas eletrônicas pelos TJs.

3. Na visão da ONG Artigo 19, o poder Judiciário melhoraria a sua transparência, como órgão público, se

- a) buscasse mais responsividade nos prazos de comunicação.
- b) traduzisse a linguagem para o público que acessa seus sites.
- c) uniformizasse a linguagem em uso nos sites.
- d) informatizasse os sistemas de pesquisa de jurisprudência e processos.
- e) introduzisse um sistema de pedidos de informação *on line*.

4. Leia o texto abaixo e identifique qual das alternativas apresenta correta aplicação de crase, seguindo a mesma lógica do trecho:

“comemorar os quatro anos da Lei de Acesso à Informação.”

- a) A ONG Artigo 19 discute assuntos associados à justiça, à transparência e à liberdade de expressão.
- b) A diretora-executiva da Artigo 19 fez correções à respeito dos erros de transparência dos TJs do país.
- c) O referido texto apresenta informações de grande importância à gestores dos TJs.
- d) Os TJs brasileiros deveriam apresentar informações importantes à todos os cidadãos.
- e) A Artigo 19 solicita à esse Poder a aplicação da transparência pública.

5. Sobre o processo de formação da palavra responsividade, afirma-se corretamente que

- a) o sufixo utilizado indica sistema ou grupo.
- b) o sufixo empregado indica proveniência, naturalidade.
- c) o sufixo empregado indica qualidade, estado ou modo de ser.
- d) é substantivo concreto derivado de adjetivo, assim como a palavra dignidade.
- e) não sofre nenhum tipo de alteração na palavra de origem na formação da derivada.

Texto para as questões 06 a 10.

Por que precisamos já de uma lei de proteção de dados pessoais

Num contexto de massificação de coleta e tratamento de dados na internet, é fundamental garantir a aprovação do PL 5276/16, em tramitação na Câmara.

*por Intervenções — publicado 13/06/2016 16h01, última modificação 13/06/2016 16h23
Por Marina Pita**

Sabe aquele clique que você dá nos “termos de uso” de uma aplicação na internet sem ler o que está escrito ali? Saiba que, ao fazer isso, você pode estar liberando seus dados pessoais para usos que você nem imagina.

Em tempos de conservadorismo e criminalização de condutas, a garantia do

direito à privacidade nas redes se mostra cada vez mais fundamental. Sem ela, nossa liberdade de expressão, de livre manifestação de pensamento e de organização política ficam seriamente comprometidas. Mais do que isso, num contexto de massificação de coleta e tratamento de dados na internet,



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



informações como características de saúde, identidade sexual ou opção religiosa também podem estar sendo usadas sem a sua autorização.

Até hoje, o Brasil não dispõe de uma lei para regular a coleta, armazenamento, processamento e divulgação de dados pessoais. Regular essa prática não significa impedir que dados sejam coletados e pesquisados para trazer benefícios sociais – como, por exemplo, quando informações da população são usadas para analisar uma epidemia de saúde ou desenvolver políticas públicas para atender a uma parcela específica da população.

Mas é preciso estabelecer princípios e critérios para que isso aconteça e, assim, garantir que nossos dados não sejam usados para atender a interesses comerciais, contra a nossa vontade, ultrapassando limites éticos e legalmente aceitos.

Respondendo a essa preocupação e atendendo a um pleito da sociedade civil, o Ministério da Justiça, em diálogo também com o setor empresarial, elaborou um Projeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais. O processo contou com a contribuição de milhares de brasileiros, por meio de duas consultas públicas, e levou cerca de seis anos para ficar pronto.

Finalmente, o PL 5276/2016 chegou à Câmara dos Deputados, onde tramita com pedido de urgência constitucional – ou seja, tem prazo para ser votado, senão tranca a pauta da Casa legislativa. Mas tem muitos lobistas já trabalhando no Congresso para que o texto seja engavetado.

O projeto defende a privacidade das pessoas tanto em relação ao poder público, cuja atuação pode violar garantias individuais, quanto contra as práticas de entes privados que queiram lucrar com nossos dados. Impede, por exemplo, que empresas colem, comprem ou vendam

dados dos cidadãos sem seu consentimento livre e informado.

A proposta também define que o titular dos dados deve ter acesso facilitado às informações sobre o tratamento pelo qual eles passam. Essas informações – a finalidade específica do tratamento, forma e duração do tratamento e identificação do responsável – deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva.

[...]

Para garantir o cumprimento da norma, o projeto de lei prevê sanções administrativas e possibilidade de ressarcimentos por danos pela utilização ilegal das informações, e determinada que um órgão competente fique responsável pela fiscalização da lei, junto com o Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade. Essa autoridade será responsável inclusive pela adequação progressiva dos bancos de dados já existentes no país antes da entrada em vigor da lei.

Como a violação da sua privacidade impacta sua vida?

[...]

Muita gente não sabe – ou acha aceitável – que seus dados, com o maior número de detalhes possível, estejam sendo armazenados e analisados por corporações e governos. É normal ouvir a afirmação: “Se não tenho nada a esconder, podem me vigiar”. Mas aí é que as pessoas se enganam. Não fazer nada de “errado” ou ilegal não quer dizer que a proteção da sua privacidade e o seu controle sobre as informações que lhe dizem respeito sejam fundamentais.

Mesmo a pessoa mais correta do mundo tem algo a manter privado se não quiser ser explorada comercialmente mais do que as outras ou se não quiser ser discriminada ou tratada de maneira diferente.

[...]



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



A privacidade também é essencial para o acesso indiscriminado à saúde. Todas as pessoas adoecem, é um fato. Mas, sem a preservação dos seus dados, aquelas com histórico de problemas de saúde ou de doenças crônicas na família passarão a ser discriminadas não só pela empresa do plano de saúde, mas também por futuros empregadores ou empresas de crédito.

[...] A empresa SulAmerica Saúde, por exemplo, mantém um aplicativo para dispositivos móveis que colhe dados de localização dos usuários o tempo todo.

Para que ela usa esses dados? Não está claro. Mas saber quais lugares uma pessoa frequenta e em que horários, quantas horas trabalha, se faz horas extra, por exemplo,

pode ser definidor de quanto cobrar em um seguro saúde. [...]

Em um mundo com enorme capacidade de captura – e os smartphones são a joia da coroa neste aspecto –, armazenamento, processamento e análise dos dados como o que vivemos hoje, todas as pessoas estão sujeitas a algum tipo de discriminação, sejam estes dados corretos ou incorretos, garantidores da igualdade de oportunidades ou excludentes. E quanto maior a disponibilidade de dados e liberdade para o seu processamento, maior a chance de algo dar errado.

[...]

*Marina Pita é jornalista e membro do Conselho Diretor do *Intervozes*.

6. Segundo o texto, um simples clique nos “termos de uso” de um aplicativo na internet acarreta inúmeros prejuízos. O mais notório deles é

- o resguardo do direito à privacidade.
- a ameaça a nossa livre manifestação de pensamento.
- a massificação de coleta e tratamento de dados da internet.
- a manutenção do conservadorismo de condutas.
- a probabilidade de se cometer crimes.

7. Atendendo um pleito da sociedade civil, o Ministério da Justiça, juntamente ao setor empresarial, elaborou o Projeto de Lei da Proteção de Dados Pessoais, que tramita atualmente no Congresso, com um pedido de urgência constitucional. O ponto mais importante desse projeto é

- evitar garantias individuais.
- impedir a venda de dados dos cidadãos.
- defender a total privacidade das pessoas.
- regular a fixação do sistema de armazenamento de dados no país.
- regulamentar as sanções administrativas e legais decorrentes da utilização de dados.

8. Com base nas estruturas morfosintáticas do texto e nas informações veiculadas por elas, assinale a alternativa correta.

- Em “Até hoje, o Brasil não dispõe de uma lei para regular a coleta, armazenamento, processamento e divulgação de dados pessoais”, os termos sublinhados correspondem ao sujeito composto da oração que aparece posposto ao verbo.
- No enunciado “Sem ela, nossa liberdade de expressão, de livre manifestação de pensamento e de organização política ficam seriamente comprometidas.”, temos um predicado verbo nominal.
- No período “Se não tenho nada a esconder, podem me vigiar”, a segunda oração (em destaque) possui um sujeito desinencial.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- d) Na oração “Essa autoridade será **responsável** inclusive pela adequação definitiva dos bancos de dados já existentes no país”, o termo sublinhado é predicativo do sujeito.
e) No período “Todas as pessoas adoecem, é um fato”, o núcleo do sujeito da primeira oração é “todas”.

9. Releia o trecho do texto a seguir:

*“[...] os smartphones são a **joia** da coroa neste aspecto [...]”*

Segundo as novas orientações ortográficas em vigor atualmente, a palavra joia não possui mais acento em seu ditongo aberto. Tendo por base as regras de acentuação vigentes, assinale a alternativa em que os vocábulos se enquadram nessa mesma regra:

- a) assembleia – frequente.
- b) ideia – detem.
- c) para - ceu.
- d) introito – paranoia
- e) heroi - tramoia

10. Analisando a correta aplicação da colocação pronominal em

*“[...] seu controle sobre as informações que **lhe** dizem respeito[...]*”

Marque a opção em que também ocorra a próclise de forma adequada à Norma Padrão.

- a) Atenção, me disseram a verdade.
- b) Nunca nos comunicaram o fato.
- c) Os empresários se apresentariam como os principais beneficiados da objeção dessa Lei.
- d) Muitos dados, as empresas os usam em benefício próprio.
- e) O poder público me contará a verdade?

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO

11. Aponte a assertiva INCORRETA sobre as ações realizadas na Atividade Financeira do Estado.

- a) Planejar a arrecadação e os dispêndios públicos através das leis orçamentárias.
- b) Tomar empréstimos públicos para garantir as atividades estatais quando as receitas arrecadadas forem insuficientes.
- c) Despender as receitas de acordo com as normas determinadas em lei para a execução da despesa pública.
- d) Arrecadar receitas determinadas na Constituição Federal para garantir as despesas estatais.
- e) Controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos e aplicar sanções aos responsáveis por desvios.

12. São princípios orçamentários gerais substanciais que regem o orçamento, além da exclusividade, os de:

- a) unidade, universalidade, isonomia e equilíbrio.
- b) unidade, orçamento bruto, competência e equilíbrio.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- c) universalidade, anualidade, transparência e publicidade.
- d) universalidade, anualidade, competência e publicidade.
- e) anualidade, irretroatividade, transparência e publicidade.

13. No que se refere ao controle externo e Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir e aponte a assertiva correta.

- a) O Congresso Nacional não exerce nenhuma competência efetiva e própria de controle externo.
- b) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional, apesar de fazer parte do Poder Judiciário.
- c) O Tribunal de Contas da União é órgão subordinado e dependente do Congresso Nacional.
- d) O Congresso Nacional, no exercício do controle externo, conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) O Tribunal de Contas da União detém poder absoluto e exclusivo de controle externo.

14. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a jurisdição do Tribunal abrange...

- a) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- b) os dirigentes dos Poderes Executivo e Judiciário, exceto os dirigentes da Assembleia Legislativa, por força da subordinação do TCE ao Poder Legislativo.
- c) qualquer pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos.
- d) os dirigentes de empresas públicas e privadas que gerenciem bens de ordem econômica.
- e) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

15. A respeito das leis orçamentárias, aponte a assertiva correta de acordo com as normas estabelecidas na Constituição Federal.

- a) A Lei Orçamentária pode conter artigos e incisos que tratem de matéria estranha à estimativa de receita e à fixação da despesa para o próximo exercício desde que decorra de iniciativa do Poder Legislativo.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes, objetivos e metas regionalizadas para a despesa de capital e outras dela decorrentes os programas de duração continuada.
- c) A Lei Orçamentária Anual poderá sofrer alterações durante a sua execução, as quais ocorrem por meio de créditos adicionais sempre mediante autorização prévia do Poder Legislativo.
- d) O orçamento anual deve ser elaborado em peça única, contendo os orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento, e deve ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.
- e) As metas e as prioridades a serem contempladas no orçamento, bem como as despesas de capital para o exercício subsequente são matérias do Plano Plurianual.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Pode-se afirmar acerca do regime jurídico das pessoas administrativas:

- a) A regra constitucional da responsabilidade civil objetiva aplica-se indistintamente a todas as empresas estatais, considerando que as mesmas integram a Administração Pública Indireta.
- b) A prescrição quinquenal aplica-se apenas ao regime jurídico de autarquias e fundações autárquicas, dentre as pessoas administrativas existentes.
- c) A imunidade tributária é reconhecida a autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, mas não às empresas estatais.
- d) Em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos, o patrimônio das empresas estatais sempre receberá tratamento de bem público, revestindo-se, portanto, da característica da impenhorabilidade.
- e) É cabível mandado de segurança contra ato praticado por dirigente de empresa estatal no curso de procedimento licitatório e de concurso público por ela promovido.

17. São características específicas da fase externa do procedimento do Pregão:

- a) Previsão de prazo uniforme para licitante e cidadão impugnarem o instrumento convocatório até a abertura do certame.
- b) Realização de duas classificações de propostas de preços dos licitantes.
- c) Realização da homologação e posteriormente da adjudicação.
- d) Caso necessário, convocação do licitante com a segunda melhor proposta para assinar o contrato nos termos da proposta do primeiro colocado.
- e) Realização da fase de habilitação anteriormente à classificação das propostas.

18. É correto afirmar sobre o tema Contratos Administrativos:

- a) O instrumento de contrato é facultativo no caso de convite, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites desta modalidade de licitação, podendo a Administração substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- b) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, não podendo, como regra, exceder a 10% do valor do contrato.
- c) Os contratos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a quarenta e oito meses.
- d) A Administração Pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- e) Os contratos administrativos não poderão ser alterados por acordo entre as partes para substituição da garantia contratual.

19. Sobre as hipóteses legais de contratação direta, assinale a alternativa correta:



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- a) A contratação de fornecimento de combustível em valor inferior a R\$ 8.000,00 durante o exercício financeiro é hipótese de licitação dispensável, não se exigindo a formalização de procedimento de dispensa.
- b) A contratação de remanescente de obra decorrente de rescisão judicial configura hipótese de inexigibilidade de licitação, exigindo-se a formalização de procedimento de inexigibilidade, com a justificativa do preço e da escolha do fornecedor.
- c) O enquadramento do serviço a ser contratado dentre as hipóteses legais de serviços profissionais técnicos especializados é suficiente para a caracterização da inexigibilidade de licitação, tendo em vista a impossibilidade de estabelecimento de competição.
- d) A contratação de carros-pipa por municípios atingidos por forte estiagem pode ocorrer mediante dispensa de inexigibilidade, caso demonstrada a situação de calamidade pública.
- e) A contratação de qualquer profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública, para participar de festas populares patrocinadas pelo Estado, pode ser realizada mediante dispensa de licitação.

20. Sobre os Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A prática de ato em processo administrativo disciplinar com excesso de poder caracteriza vício quanto à finalidade, mesmo quando se busca o interesse público.
- b) A auto-executoriedade é atributo presente em todos os atos administrativos. Trata-se da possibilidade de a Administração executar o ato sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, valendo-se de meios diretos de coerção.
- c) O conteúdo do ato administrativo, que é o efeito imediato que ele pretende produzir, para não estar viciado, é preciso que seja lícito, possível e determinado.
- d) A revogação atinge atos válidos e vinculados, produzindo efeitos *ex nunc*. São exemplos de atos insuscetíveis de revogação os atos exauridos e os atos de conhecimento.
- e) A convalidação implica a correção de vício sanável, com efeitos *ex nunc*, feita sempre pela própria Administração Pública.

21. Acerca dos princípios que compõem o Regime Jurídico Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Nos processos administrativos deverão ser observados, entre outros, os critérios de: garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio, em razão da aplicação do princípio da publicidade.
- b) Na aplicação das penalidades disciplinares deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais, a fim de dar cumprimento ao princípio da motivação.
- c) Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, a fim de atender ao princípio da continuidade.
- d) Diante do princípio da eficiência, não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



e) Como condição para a aquisição da estabilidade e com fundamento no princípio da razoabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

22. Sobre os Poderes Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Diz-se que o poder de polícia é negativo, pois implica quase sempre um não fazer ao particular, atuando de modo preventivo, a fim de evitar danos ao bem estar da coletividade.
- b) São exemplos de sanções disciplinares: advertência, suspensão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria e ressarcimento ao erário.
- c) O poder disciplinar é um dos desdobramentos do poder hierárquico que, por sua vez, decorre da divisão escalonada de atribuições dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A extinção de cargo público vago decorre do exercício de poder regulamentar autônomo pelo Presidente da República e não admite delegação.
- e) Trata-se de exceção à incomunicabilidade de instâncias a absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

23. Sobre o tema Serviços Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) São requisitos do serviço público a continuidade, a generalidade, a eficiência e a onerosidade.
- b) Os serviços públicos *uti universi* são remunerados por taxas ou tarifas pagas pelos usuários.
- c) O consumo dos serviços públicos *uti universi* pode ser individualmente mensurado pela Administração Pública.
- d) A extinção do contrato de concessão de serviço público por meio da encampação se consuma com a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por ter a concessionária descumprido cláusulas contratuais.
- e) As concessões comuns de serviço público têm natureza de contrato administrativo, sendo a remuneração pela execução do serviço feita por meio de tarifa, paga pelo usuário, assumindo o concessionário a execução do serviço por sua conta e risco.

24. Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a INCORRETA:

- a) Tanto o dano moral quanto o dano material são passíveis de gerar a responsabilidade civil do Estado.
- b) Uma das condições para a caracterização da responsabilidade civil do Estado é o dano ter sido causado por agente público, atuando nessa qualidade, incluindo as permissionárias e concessionárias de serviço público.
- c) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado é objetiva tanto em relação aos usuários, quando aos não usuários do serviço público.
- d) Os atos judiciais não geram responsabilidade civil do Estado.
- e) A responsabilidade da Administração Direta poderá ser subjetiva.

25. A Administração Pública no exercício das atividades inerentes à sua função típica:

- a) admite controle interno de outros órgãos, entes ou Poderes, vedado o controle externo no que se refere aos aspectos discricionários da sua atuação.
- b) submete-se a controle legislativo direto, exercido mediante auxílio dos Tribunais de Contas, abrangendo a análise de critérios de legalidade e economicidade.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- c) submete-se e controle interno de mérito e legalidade, decorrente do poder de tutela administrativa.
- d) submete-se a controle exercido pelo Poder Judiciário, que se consubstancia na verificação interna dos princípios administrativos, desde que expressos.
- e) submete-se a controle legislativo prévio, a exemplo da exigência de autorização do Senado Federal para que os Estados possam contrair empréstimos externos.

26. Em relação à organização político-administrativa, nos termos da Constituição Federal, é incorreto afirmar:

- a) A reintegração de território será regulada por lei complementar.
- b) Os municípios podem ser incorporados por meio de lei estadual dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- c) O desmembramento de estado está sujeito à consulta prévia à população envolvida mediante referendo.
- d) Os territórios federais integram a União.
- e) Faz-se necessária a divulgação de estudos de viabilidade municipal a fim de viabilizar eventual fusão de município.

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, legislar sobre desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, constitui competência

- a) compartilhada da União e dos Estados membros da Federação.
- b) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) dos Estados e do Distrito Federal.
- d) privativa da União.
- e) privativa dos Municípios.

28. O Município se rege por Lei Orgânica, votada em dois turnos, e aprovada pelo seguinte quantitativo de membros da Câmara Municipal:

- a) 2/5
- b) 1/5
- c) 1/3
- d) 2/3
- e) 3/5

29. Os Tribunais de Contas dos Estados são órgãos independentes e autônomos, incumbidos de auxiliar o Poder Legislativo no exercício de sua função fiscalizatória. Citados Tribunais são compostos por sete integrantes, que, atendidos os requisitos constitucionais, devem ser indicados,

- a) livremente, três deles pelo Governador do Estado e quatro pela Assembleia Legislativa.
- b) na forma prevista pela Constituição do Estado respectivo, que deverá observar o mínimo de duas e o máximo de quatro indicações pelo Governador do Estado, e o mínimo de três e o máximo de cinco pela Assembleia Legislativa.
- c) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas e os outros dois livremente, e quatro pela Assembleia Legislativa, sendo um deles dentre os Auditores e os demais de forma livre.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – DIREITO



- d) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e o terceiro livremente, e quatro, de forma livre, pela Assembleia Legislativa.
- e) quatro deles pela Assembleia Legislativa, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e os demais livremente, e três pelo Governador do Estado, de forma livre.

30. A Constituição da República Federativa do Brasil previu, em certas matérias, a existência de uma competência concorrente entre os entes federativos. A respeito dessa temática, é correto afirmar que:

- a) a superveniência da lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei da União;
- b) a competência legislativa plena é assegurada à União caso os Estados não tenham editado normas gerais;
- c) qualquer ente federativo pode legislar livremente sobre as matérias de competência concorrente;
- d) a competência da União está limitada à edição de normas gerais;
- e) a União pode suplementar a legislação estadual que venha a ser editada.